



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DAVI GOMES DOS SANTOS

**O GOLPE E SEUS ANOS DE CHUMBO VERSUS OS ANOS DE OURO DA
DITA REVOLUÇÃO**

**CAMPINA GRANDE
2020**

DAVI GOMES DOS SANTOS

**O GOLPE E SEUS ANOS DE CHUMBO VERSUS OS ANOS DE OURO DA
DITA REVOLUÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de história da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em história.

Orientador: Prof. Dr. Allan Karden S. Pereira

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237g Santos, Davi Gomes dos.
O golpe e seus anos de chumbo versus os anos de ouro da dita revolução [manuscrito] / Davi Gomes dos Santos. - 2021.
13 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Allan Kardec da Silva Pereira , Departamento de História - CEDUC."

1. Ditadura Militar. 2. Golpe militar. 3. História do Brasil. I.
Título

21. ed. CDD 981.063

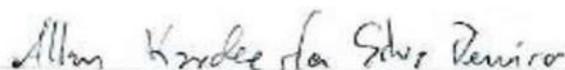
DAVI GOMES DOS SANTOS

O GOLPE E SEUS ANOS DE CHUMBO VERSUS OS ANOS DE OURO DA
DITA REVOLUÇÃO

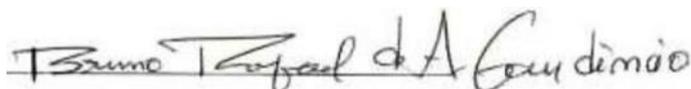
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de história da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciado em
história.

Aprovada em: 25/05/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Allan Kardec da Silva Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Anselmo Ronsard Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O PRÉ-GOLPE	5
2.1 O golpe e seus anos de chumbo	6
2.2 Os anos de ouro da dita revolução	8
2.3 O outro lado do ‘milagre econômico’	9
2.4 A ausência de notícias sobre corrupção	10
3 METODOLOGIA.....	11
4 CONCLUSÃO.....	11
REFERENCIAS.....	12

O GOLPE E SEUS ANOS DE CHUMBO VERSUS OS ANOS DE OURO DA DITA REVOLUÇÃO

Davi Gomes dos Santos

RESUMO

A Ditadura Militar Brasileira foi a época em que um regime autoritário iniciou-se a partir de um golpe militar no dia 31 de março de 1964, com a destituição do então presidente João Goulart. Foram 21 anos, que perpassaram pelos tristes anos de Chumbo, com perseguições, prisões, torturas e exílios para quem se opusesse ao regime, como também pelos Anos de Ouro do Milagre econômico, nos quais a economia do Brasil se desenvolveu de forma exponencial. A presente pesquisa teve por objetivo refletir acerca do período da ditadura civil-militar brasileira utilizando-se das metáforas dos anos de chumbo, bem como dos anos de ouro a fim de se construir um consenso sobre os acontecimentos em torno do regime. O referencial teórico pautou-se em estudos e pesquisas relacionadas ao tema. Foi possível constatar que o governo militar, foi um penoso fato vivenciado pelo povo brasileiro mesmo sob o viés dos anos de ouro ainda existia a pesada realidade dos Anos de Chumbo.

Palavra chave: Ditadura Militar. Anos de Chumbo. Golpe de 1964. Anos de ouro.

ABSTRACT

The Brazilian Military Dictatorship was the time when an authoritarian regime began with a military coup on March 31, 1964, with the ousting of the then president João Goulart. It was 21 years, which included the sad years of Lead, with persecution, imprisonment, torture, and exile for those who opposed the regime, as well as the Golden Years of the Economic Miracle, in which Brazil's economy developed exponentially. This research aimed to reflect on the period of the Brazilian civil-military dictatorship using the metaphors of the years of lead, as well as the golden years in order to build a consensus about the events surrounding the regime. The theoretical referential was based on studies and research related to the theme. It was possible to verify that the military government was a painful fact experienced by the Brazilian people, even under the viewpoint of the Golden Years, there was still the heavy reality of the Lead Years.

Keywords: Military Dictatorship. Leaden Years. Coup of 1964. Golden Years.

1 INTRODUÇÃO

O período de 31 de março a 2 de abril de 1964 foi um marco na história do Brasil, foi nesse entremeio que se deu o Golpe Militar, uma conspiração articulada pelos militares contra o governo do então presidente João Goulart (SILVA,2020).

O conluio contra Jango se deu principalmente pela insatisfação das elites com os projetos cumpridos nesse governo, especialmente as Reformas de Base. Ademais, obteve ajuda dos Estados Unidos que estavam insatisfeitos com a política praticada por João Goulart, as quais não atendiam seus interesses. Nesse sentido, financiaram instituições e campanhas de políticos conservadores a fim de atingir o governo de Jango (SILVA 2020).

Após a deposição do então presidente João Goulart por meio de uma jogada parlamentar, oficializou-se o Golpe Militar de 1964. O governo militar, apresentou à nação o Ato Institucional nº 1, que instituiu artifícios jurídicos para abonar a tomada de poder (BAETA et.al.,2014).

O termo anos de Chumbo no Brasil, é utilizado por parte dos historiadores como marco para se referir ao período da ditadura militar de 1964 como um todo. Já outros estudos se valem da expressão somente para intitular os anos que vão da proclamação do AI-5 até o final do governo Médici (1974). Neste período da história, as ações das organizações de esquerda se mostraram mais violentas e como resposta, a ação do governo se tornou mais repressiva (BEZERRA, 2019).

Já entre 1969 e 1974, o Brasil viveu um momento de expressivo desenvolvimento da economia. Era os Anos de Ouro, o famoso Milagre Econômico Brasileiro, o país vivenciava vitórias nos esportes, construção de inúmeras estradas e pontes, tudo corroborava para uma imagem positiva do Brasil, promovendo um clima de entusiasmo que refletiam nas campanhas publicitárias do governo que insistiam em passar a imagem de país do futuro (CORDEIRO, 2009).

Nesse sentido, a presente pesquisa teve por objetivo refletir acerca do período da ditadura civil-militar brasileira utilizando-se das metáforas dos Anos de Chumbo, bem como dos Anos de Ouro a fim de se construir um consenso sobre os acontecimentos em torno do regime.

2 O PRÉ-GOLPE

Janio Quadros foi eleito presidente da república em 1961. Mediante a conjuntura eleitoral da época tanto o presidente quanto o vice eram eleitos de modo independente, e João Goulart que era de outro partido foi escolhido como vice (SILVA, 2014).

Em 19 de agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros condecora o guerrilheiro Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, provocando a indignação nos âmbitos civis e militares mais conservadores (MILLER et al., 2014).

Em 25 de agosto de 1961, Janio Quadros renuncia o cargo após apenas 7 meses a gente do governo, pois não suportou a pressão interna e também externa. Porém, nesse momento o vice – presidente Jango, encontrava-se em viagem oficial à China e União Soviética, o que foi utilizado como argumento pelos militares para tentarem impedir sua posse (SILVA, 2014).

Assim, para que João Goulart tomasse posse do cargo, os militares impuseram a implantação do parlamentarismo como condição a fim de diminuir os poderes presidenciais. Deste modo, Jango assume a presidência da república em 7 de setembro de 1961 tendo o apoio de forças da esquerda, porém acenando com

medidas aos conservadores e nomeia Tancredo Neves como seu primeiro-ministro (MILLER et al.,2014).

Em novembro de 1961, o então presidente João Goulart propõe a reforma agrária sem ressarcimento aos donos, irritando as elites, e restitui laços com a União Soviética, em meio à Guerra Fria. Empresários criam o Ipes, instituto que praticará campanha contra o governo de Jango (MILLER et al.,2014).

No acordo firmado para que Goulart pudesse assumir e o qual instalou o parlamentarismo, fora ajuizado que em 1963 aconteceria um referendo no qual a população decidiria qual regime governamental iria seguir, entre maio e julho Jango cria o 13º salário, entretanto uma greve geral deixa centenas de feridos e 42 mortos. O parlamentarismo se apresenta ineficaz para resolver a crise, que se agrava (SILVA, 2014).

Em 30 de dezembro de 1962, faltando menos de uma semana para o plebiscito que iria decidir a volta do presidencialismo ou não, o governo anuncia o Plano Trienal. Este procurava combinar o combate ao surto da inflação com uma política desenvolvimentista que possibilitasse ao país retomar os índices de crescimento parecidos às do final dos anos 50. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, de fato, o Plano demandava, como todos os planos com intuito de salvadores nacionais, que os trabalhadores mais uma vez se sacrificassem em prol de benesses que obteriam a médio e longo prazo. Os clássicos apelos de cooperação e ao amor a pátria da classe trabalhadora eram repetidos frequentemente pelos idealizadores do Plano (TOLEDO, 2004).

O parlamentarismo foi derrubado através do plebiscito em 6 de janeiro de 1963 e assim ocorre o retorno do presidencialismo, presidencialismo. As divisões entre direita e esquerda estavam cada vez mais acirradas, grande parte dos militares defendia a tomar o poder por meio da força. Jango tentava aprovar reformas de base, como por exemplo a reforma agrária, porém com a inflação em alta o governo perdia cada vez mais o apoio popular (MILLER et al.,2014).

Em setembro de 1963, explode a Revolta dos Sargentos, levante que apoiava as reformas de base e pleiteava que sargentos, suboficiais e cabos pudessem concorrer às eleições e cumprir mandato parlamentar. No dia 4 de outubro do mesmo ano Jango é instigado por ministros militares a estabelecer estado de sítio no país e emite o pedido ao Congresso, no entanto, o projeto é repelido por líderes de sindicatos, que pressionam para que não haja aprovação. Perante a reprovação por maioria dos parlamentares, o presidente retira a proposta, atitude que também é vista como uma tentativa de “golpe”, ampliando ainda mais os conflitos contra João Goulart (MILLER et al.,2014).

O estopim para o golpe militar ocorreu em março de 1964, quando Jango, depois de um discurso efusivo no Rio de Janeiro, decidiu pela reforma agrária e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo, além da desapropriação de terras (BIGELI, 2014).

2.1 O golpe e seus anos de chumbo

O Golpe Civil-Militar de 1964, mais conhecido como o Golpe de 1964, foi efetivado pelas Forças Armadas do Brasil contra o então presidente da república João Goulart. Esse movimento teve a participação de uma parte da população civil do país sendo articulado entre 31 de março, quando deu início a rebelião militar, e 9 de abril, quando foi publicado o Ato Institucional nº 1 (AI-1) (SILVA, 2020).

As forças militares que assumiram o poder em 1964 acreditavam que a estrutura democrática que estava em vigor no Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial mostrava-se inábil de deter a "ameaça comunista". Com a instauração do golpe, iniciou-se a implementação de um regime político caracterizado pelo autoritarismo (CASTRO, 2020).

A partir da instauração do AI-1, deu-se início as perseguições e prisões de todos aqueles que eram vistos como inimigos pelo governo. A partir daí invasões domiciliares começaram a acontecer de modo que estádios e navios da Marinha passaram a ser utilizados como prisões. Nesse período, começaram a ser registrados os primeiros casos de tortura realizados por agentes do governo (PETRIN, 2015).

Diante disso, apesar da situação que se encontrava o país mais duas novas medidas foram tomadas durante o governo de Castello Branco: o AI-2 e o AI-3. Esses dois atos institucionais implicaram em um endurecimento ainda maior do regime no país (SILVA, 2020b).

O AI – 2 ou Ato Institucional nº 2 foi decretado no final de 1965 e decretou que a escolha presidencial ocorreria através de eleições indiretas, ademais criou privilégios que decorreram no fortalecimento do Executivo em relação dos outros poderes. Já o Ato Institucional nº 3 instituiu o bipartidarismo no Brasil, com o partido da situação conhecido com ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e o partido de oposição consentido chamado de MDB ou Movimento Democrático Brasileiro, além de estender as eleições indiretas aos governadores e prefeitos (SILVA, 2020b).

Para conter as manifestações de oposição, o general Costa e Silva decretou em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 nesse momento deu-se início ao período intitulado de “Anos de Chumbo” que perdurou até março de 1974, até o final do governo Médici sendo o período de maior repressão durante a Ditadura Militar Brasileira (BEZERRA, 2019)

O período foi caracterizado por uma colossal repressão e censura de todos os canais de comunicação abarcando jornais, revistas, músicas, livros, filmes, peças de teatro, filmes, e tantos outros formatos de expressões artísticas (BAETA et al., 2014).

A censura impedia que a grande massa da população soubesse o que ocorria no país, além dos que eram perseguidos, pois as verdadeiras informações não chegavam até a mídia. Houve uma intensa investigação dos acusados que iam contra a ditadura militar, além de seres presos, torturados e outros ainda exilados, fossem professores, artistas, músicos, políticos ou outrem que demonstrasse seus ideais contra o regime (PETRIN, 2015).

Neste período, marcado por tantas injustiças, surgiu a resistência civil também conhecida como Guerrilha do Araguaia, a luta teve início nas partes mais isoladas do Brasil, porém logo chegou aos grandes centros. No combate contra os grupos esquerdistas, o exército criou o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações da Defesa Interna (CODI), que era na época o principal centro de investigação e repressão utilizado pelo governo militar, o qual capturou e identificou inúmeros participantes da guerrilha, os quais foram presos, violentados, torturados, mortos e misteriosamente dados como desaparecidos (PETRIN, 2015; BEZERRA, 2019).

O país entrou na escuridão total: pensar era proibido, falar era repreensível e agir totalmente condenável. Esse medo foi infundido no imaginário do povo e se consolidou e cimentou com efeito até os dias atuais.

2.2 Os anos de ouro da dita revolução

Logo no início da "Revolução" se mostrou evidente uma particularidade que continuaria presente por todo o regime militar: o esforço em conservar a união por parte dos militares que estavam no poder, apesar dos conflitos internos existentes nem sempre bem resolvidos, por medo de uma "volta ao passado", ou seja, à realidade política pré-golpe. Assim sendo, mesmo desunidos internamente em várias ocasiões, os militares demonstrariam uma apreciável união sempre que conjeturavam ameaças "externas" vindas da oposição política à "Revolução" (CASTRO, 2020).

Faz-se passível de observação na fala do presidente Médici em seu discurso de posse, observam-se as tentativas de fazer da "Revolução de 1964", e especialmente do seu governo, um marco de um novo tempo: "Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição no ano 2000" (FICO, 1997, p.76). Deste modo, o terceiro general-presidente buscava em seu governo formar uma ponte entre o presente e o futuro, utilizando a "Revolução" como ligação entre os dois.

Entre 1969 e 1974, o Brasil viveu um período de significativo crescimento da economia, registrou taxas de crescimento que variavam entre 7% e 13% ao ano. O setor industrial se desenvolvia e as exportações agrícolas cresceram expressivamente, gerando milhões de novas oportunidades de emprego (CANCIAN, 2014).

As ofertas de trabalho aumentaram de tal forma que os setores industriais mais enérgicos competiam diretamente com a contratação de trabalhadores assalariados. Com a finalidade de alimentar e expandir o desenvolvimento e crescimento econômico, o governo investiu grandes volumes financeiros em infraestrutura, como construção de grandes estradas, pontes, hidrelétricas, entre outros. Porém, grande parte dessas somas de recursos financeiros era oriunda de empréstimos estrangeiros (CANCIAN, 2014).

Era o chamado Milagre Econômico Brasileiro, ou Anos de Ouro do Brasil, quando o país, "comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista" (AARÃO REIS, 2005, p.54 e 56).

Assim, uma fé inabalável no progresso do país contaminou parcelas expressivas da sociedade, o entusiasmo pela conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970, os estádios lotados aplaudindo o general-presidente do momento, a desenvolvimento das fronteiras que unificavam o país, e as imensas obras faraônicas (CORDEIRO, 2009).

O governo Médici representa, de certo modo, o melhor dos governos dos demais generais-presidentes, diante das formas pelas quais os silêncios a cerca das relações da sociedade que se constituíram com o regime, pois o período que vai de 1969 a 1974 versa, ao mesmo tempo, dos anos mais prósperos e de maior otimismo aos anos em que mais temor e terror foram sentidos por meio do Estado (CORDEIRO, 2009).

Aspectos que, de acordo com uma determinada memória coletiva, somente é possível que tenham convivido se partimos do suposto de que a sociedade foi duramente reprimida e seduzida pelas promessas de construção do país do futuro (CORDEIRO, 2009).

O governo do general-presidente Médici se envaidecia do famoso "milagre econômico", ostentando-o como uma proeza do regime militar. Entretanto, a era de prosperidade econômica do Brasil possuía muito mais causas internacionais que

nacionais. Por conseguinte, quando a situação da economia global tornou-se desfavorável, o "milagre" brasileiro teve seu fim.

2.3 O outro lado do 'milagre econômico'

Mesmo com o intenso crescimento e criação de empregos no período militar, os salários foram esmagados e a distância entre ricos e pobres cresceu. Não obstante, as benesses desse desenvolvimento não refletiram na melhoria da qualidade de vida da maior parte da população. Constata-se a partir de pesquisas feitas na época que, os ricos ficaram mais ricos, a classe média conseguiu manter, ou até mesmo elevar sua parte na distribuição de renda, e os pobres, por sua vez, permaneceram a margem desse crescimento.

O Brasil polarizado tem reproduzido uma frase que estava na boca de alguns saudosistas de tempos em que notícias sobre violência e economia em marcha lenta pareciam raras. "Na época dos militares era melhor", tornou-se bordão de quem viveu aqueles anos, e ignora a repressão e a presença de censores nos jornais da época para filtrar notícias negativas à ditadura.

Os militares golpistas se apresentavam como heróis, revolucionários que livraram o país do golpe comunista. O golpe militar seria um golpe reativo em defesa da democracia e contra os radicais de esquerda. O lado conservador anticomunista era o principal argumento levantado pelos militares.

A ideia ressurgiu inclusive entre jovens que se anunciam apegado ao passado, por acreditar que no tempo do regime militar o Brasil era mais alentador do que os dias atuais. Os tradicionalistas alimentam essa ideia tecendo elogios ao período. Entre os argumentos mais utilizados por ele e pelos defensores da intervenção para mostrar a eficácia do regime está a conquista do "milagre econômico", que ocorreu no Brasil entre 1968 e 1973. De fato, nesta época, o país conseguiu crescer exponencialmente, cerca de 10% ao ano, e atingiu, em 1973, uma marca recorde do Produto Interno Bruto (PIB), que aumentou 14%. O avanço veio acompanhado também de uma forte queda de inflação. A taxa, medida na época pelo Índice Geral de Preço (IGP), caiu de 25,5% para 15,6% no período.

A condição dos trabalhadores era difícil pelo fato de que o poder aquisitivo do salário mínimo tendia a declinar no período do "milagre". Segundo dados apresentados pela autora em sua obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, 78,8% da população ganhavam menos de dois salários mínimos. Na prática, havia uma grande parcela da sociedade brasileira vivendo em situação de absoluta pobreza. O que não se explica diante desse número, entretanto, é o fato de o crescimento ter sido muito bom para empresários, e ruim para os trabalhadores. Para que o plano de crescimento funcionasse, os militares resolveram conter os salários, mudando a fórmula que previa o reajuste da remuneração pela inflação, o que levou a perdas reais para os trabalhadores. A adoção de uma medida tão impopular só foi possível através do aparato repressivo do regime sobre os sindicatos, que diminuiu o poder dos movimentos e de negociação dos operários. Os militares também interferiram em diversos sindicatos, muitas vezes substituindo seus dirigentes.

O arrocho salarial acabou aliviando os custos dos empresários e permitiu reduzir a inflação. A melhora na atividade econômica se explicava, à época, por uma combinação de fatores. Uma conjuntura mundial mais favorável naqueles anos permitiu crédito externo farto e barato, por exemplo. O Brasil, por sua vez, criou regras que facilitaram a entrada de capital estrangeiro e investiu num programa de desenvolvimento do parque industrial além de reformas estruturais.

O crescimento foi acompanhado pela abertura de novos postos de emprego no mercado formal e da expansão do consumo interno. O milagre aconteceu principalmente regado a dinheiro internacional que aterrissou através da entrada de multinacionais que encontraram no Brasil um terrenopropício para a expansão sob a tutela dos militares, e também por empréstimos advindos de fundos internacionais. Era um ambiente oposto ao do período anterior ao golpe de 1964, quando a grande convulsão política, em plena guerra fria, no país tornava o ambiente econômico incerto e afugentava o investidor.

Os altos índices de crescimento do PIB vividos enquanto a ditadura esteve instalada no país também não foram acompanhados de uma melhora nos indicadores sociais. Foi exatamente o oposto do que aconteceu. Além disso, como o governo militar fez uma escolha de investir maciçamente na industrialização, inclusive do campo, muitas pessoas decidiram abandonar o sertão com o sonho de tentar uma vida melhor na cidade, incentivando um êxodo rural sem planejamento e nunca revertido. Segundo o IBGE apenas 16% da população morava no interior do país em 2010.

O Nordeste apresentava um grande problema econômico, pois 30 milhões de nordestinos viviam em miséria. Os governos Castello Branco e Costa e Silva muito pouco fizeram para alterar esta situação. Porém, em 1970, quando ocorreu uma grande seca no nordeste, Médici aumentou os recursos federais para esta emergência. Mas precisaria de soluções permanentes. E, com este pensamento, planejou a criação de uma estrada transamazônica, que levaria o excesso de população do Nordeste para as terras férteis e baratas da Amazônia.

Em 1982, portanto ainda no regime militar, o Brasil quebrou. Começava a crise da dívida, no que se convencionou chamar de "década perdida", que pôs fim ao modelo de forte crescimento do país, sustentado no endividamento externo e políticas desenvolvimentistas como a substituição de importações. Cinco anos depois, o país declarou a moratória: o presidente José Sarney anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado. Não tínhamos mais dinheiro e a inflação estava nas alturas. Nesse cenário, os militares se despediram do comando. Basicamente, deixou de presente para a democracia uma conta bem alta, o que se convencionou chamar de "herança maldita".

2.4 A ausência de notícias sobre corrupção

No período tem também outra explicação. O Brasil viveu sob um regime de censura que foi estabelecida nos meios de comunicação que estavam orientados a publicar notícias que fossem favoráveis ao governo.

Nesse contexto, censurar os meios de comunicação e as expressões culturais era uma das mais relevantes armas que o Estado detinha para enfrentar os inimigos na "guerra permanente" contra o avanço do comunismo em suas mais variadas formas. De fato, uma das características centrais dessa guerra é que ela era, essencialmente, psicológica, é dizer, travada no plano das ideias e da cultura, visto que o intuito principal dos inimigos era o de influenciar e subverter a opinião pública para, em um segundo momento, conquistar o poder. Daí a importância do papel desempenhado pelos meios de comunicação e, por conseguinte, do controle e da repressão estatais.

Em fevereiro de 1967, foi sancionada a Lei de Imprensa, que regulamentava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. A partir dela, passou a

ser do poder do Ministro da Justiça determinar a apreensão, e aplicação de multas, aos jornais ou periódicos que não seguissem aquelas ressalvas constantes no AI-2.

Vem, então, o Ato Institucional n. 5, em 1968, que instaura de vez o regime autoritário no Brasil. Até esse momento, as intervenções da censura eram realizadas de modo excepcional, medidas usadas para defesa da ordem vigente. Foi o marco da instituição da censura no país - e da própria guinada do regime, que passou a ser controlado pela ala militar chamada de “linha dura”.

Entretanto, o processo de censura política vinha sendo lentamente institucionalizado, desde o golpe, inserido no processo maior de criação de um sistema jurídico-legal capaz de estear as práticas ‘revolucionárias’ do autoritarismo pós-1964.

Além disso, ficaram proibidas divulgações sobre qualquer crime eventualmente cometido pelo presidente da república, o presidente do senado federal, o presidente da câmara dos deputados, os ministros do supremo tribunal federal, chefes de estado ou de governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos. Mesmo que houvesse prova irrefutável do crime, seria classificada como “calúnia” qualquer notícia sobre o delito. Chegaram a comprar jornais durante a ditadura e a controlar alguns dos maiores jornais do país. Última Hora, Correio da Manhã e a revista Visão eram grupos de comunicação controlados por empreiteiros. Por meio destes veículos e em matérias publicadas em outros espaços, eles falavam da necessidade do país resolver lacunas de infraestrutura, difundindo demandas para a sociedade que, na verdade, eram interesses particulares.

E é por conta dessa propensão a maquiagem a realidade que notícias denunciando escândalos de corrupção não estampavam a manchete dos jornais. Era um cenário ideal para a prática da corrupção, os indícios daquela época indicam que havia grande corrupção naquele período.

3 METODOLOGIA

Por meio de uma revisão de literatura, partindo da catalogação de publicações de caráter científico inseridas nas bases de dados eletrônicas como SciELO, Google Scholar, bem como a utilização de obras impressas. Utilizou-se como critério de inclusão, estudo com produções científicas que fizessem uso dos descritores: Ditadura Militar; Anos de Chumbo; Golpe de 1964; Anos de ouro; Milagre Econômico.

Foram lidos de antemão 35 artigos identificados nas bases de dados. Aprimorando as referências que se identifiquem com o objetivo do estudo. Deste modo selecionamos 22 referências que estavam em concordância com o tema. Incluiu – se no estudo todo material das bases de dados já mencionadas que estava em consonância com a temática. Excluiu - se artigos que não tinham relevância para o tema e/ou que não pudesse ser lido na íntegra.

4 CONCLUSÃO

A Ditadura Militar Brasileira foi a época em que um regime autoritário iniciou-se a partir de um golpe militar no dia 31 de março de 1964, com a destituição do então presidente João Goulart. Esse período que teve início em 1964 e findou em 1985, durou 21 anos e estabeleceu como regra a censura, restringiu os direitos políticos e perseguiu impiedosamente os que eram vistos como opositores do regime.

Uma das características mais desumanas e atrozes da repressão militar durante a ditadura foi o uso da tortura como metodologia para suprimir e paralisar qualquer formato de oposição ao governo dos militares. Fez-se recorrente também a censura aos meios de comunicação e às manifestações populares, ao passo que o governo ditatorial procurava aumentar a sua própria divulgação e publicidade. Este nefasto período também ficou conhecido como “Anos de Chumbo”.

Neste meio-tempo, no setor financeiro, entre os anos de 1967 e 1973 o Brasil vivenciou um exponencial crescimento econômico, período também conhecido como o “Milagre Econômico” brasileiro ou “Anos de Ouro” do Brasil.

O golpe de 1964 coroou enfim as diversas outras tentativas frustradas, foi aclamado pelas classes dominantes por suas ideologias cívico-militares como uma verdadeira “Revolução”. O governo de generais estava orgulhoso por encontrar a “solução” para transpor a “crise política” no país.

Entretanto, nos Anos de Ouro as prisões, perseguições, torturas, mortes e exílios se intensificaram. Porém, grande parte da sociedade viveu esse período muito mais suave frescor do Milagre, que sob as nuvens negras dos Anos de Chumbo, apesar de que não grande parte do tempo tudo se fundisse.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

BAETA, Juliana; CAMILO, José Vitor; MESQUITA, Sidnei; ARAÚJO, Fausto. **OGolpe:antes e depois**. O tempo. mar, 2014.

BEZERRA, Juliana. **Ditadura Militar**. Toda Matéria, 2019.

BIGELI, Alexandre. **Golpe militar de 1964 - elites e militares derrubaram o governo de Jango**. UOL. São Paulo, 2014.

CANCIAN, Renato. **Governo Médici (1969-1974) - "Milagre econômico" e atortura oficial**. UOL Educação. mar, 2014.

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964**. CPDOC/FGV, 2020

CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro?A memória social sobre o governo Médici**. Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro , v. 22, n. 43, p. 85- 104,Jun, 2009 .

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MILLER, Gustavo; D'AGOSTINO, Rosanne; ARAGÃO, Léo;RODA, Daniel; MARTUCHELIL, Elvis; SOARES, Dalton; Banquieri, Rogério; Bittencourt, Thiago; RODRIGUES, Flavia ;ALMEIDA, Glenda. **50 anos do golpe militar de 1964: O Brasilpré-64**. O Globo, 2014.

PETRIN, Natália. **Anos de chumbo**. Estudo Prático, 2015.

SILVA, Daniel Neves. **Golpe Militar de 1964**. História do mundo, 2020.

SILVA, Marcio Alexandre. **Período Pré Golpe Militar**. Assiscity. Abr, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**. Rev.Bras. Hist., São Paulo , v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.